FORUM 9/10, 1991, Pág. 71-78

ORDENAMENTO DA PAISAGEM E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

FRANCISCO SANDE LEMOS

1. A conservação sistemática e intransigente dos sítios e solos arqueológicos é um imperativo das nações europeias.

Actualmente já não se aceitam as destruições acidentais ou voluntárias do património arqueológico. Nos Estados modernos existem leis e organismos que protegem e gerem os valores arqueológicos [1]. A opinião pública adquiriu uma extrema sensibilidade no que concerne a conservação e valorização dos testemunhos materiais do passado, próximo ou longínquo.

Por outro lado, verifica-se uma crescente tendência para encarar de uma nova maneira o chamado património arqueológico. Os monumentos, sítios e solos arqueológicos abandonam o estatuto equívoco de ruínas estáticas e silenciosas, tendendo a ser considerados como memórias complexas, congregando uma multiplicidade de vestígios, desde o mais sólido muro em aparelho granítico, até ao mais frágil carvão ou semente, recolhidos na lareira de um povoado pré-histórico.

Monumentos, sítios e solos são, de facto, uma prodigiosa reserva científica, que é indispensável preservar, um recurso único, obviamente não renovável.

Se considerarmos que existem, à superfície do solo e/ou enterrados, milhares de locais com interesse arqueológico, mesmo num pequeno país como

Quarteirão da cidade de Braga

Portugal, a conservação desse património constitui um sério desafio que, no entanto, é urgente enfrentar com coragem e eficácia.

Soluções parcelares, ou o tratamento de casos específicos, por muito exemplares que sejam, são sempre medidas limitadas. Classificações jurídicas, limpeza periódica dos monumentos, restauros, montagem de percursos, itinerários e visitas guiadas, edição de roteiros, folhetos ou desdobráveis, etc., são medidas parcelares que ficam quase sempre aquém do que seria desejável, ou mesmo necessário. Aliás, no nosso país, por falta de recursos humanos e financeiros, restringem-se a um número muito reduzido de monumentos.

Estes problemas de conservação são as micro-questões, que de uma forma ou de outra se apresentam como resolúveis: o exagerado número de escavações poderá ser controlado mediante resoluções governamentais, que as restrinjam às emergências absolutas, ou aos projectos que dêm garantias sólidas de um posterior trabalho de restauro, de divulgação das estruturas exumadas e do espólio recolhido. A criação, no nosso país, de uma rede de museus, monumentos e material didáctico, articulados entre si, depende da vontade dos órgãos de tutela como a Secretaria de Estado da Cultura e o Instituto Português dos Museus. Os exemplos que frutificaram em países vizinhos, como a Espanha e a França, permitem colher sem dificuldades os ensinamentos necessários e criar uma indústria nacional, relacionada com o usufruto do nosso património cultural, tão rentável como a desses países. Sobre estes temas há

numerosa bibliografia, em língua inglesa, francesa e espanhola, para a qual remetemos [2].

Neste texto vamos abordar a conservação dos sítios e solos arqueológicos a um outro nível, macro, como conjuntos.

Aliás os monumentos e sítios, tal como os objectos, ou fragmentos, não valem isoladamente, mas por conjuntos, que expressam ou indiciam culturas, revelam a generalização de mudanças tecnológicas, processos de aculturação, lentos ou acelerados, movimentos de povos, etapas e estratégias de povoamento.

Nesta perspectiva a conservação do património histórico e arqueológico tende a ser encarada de uma forma global, associada a uma nova atitude face ao espaço e ao ambiente.

O que está em causa já não é conservar uma *villa* romana pelos seus belos mosaicos e arquitectura, ou um acampamento pré-histórico, como testemunho de um bando primitivo, de gloriosos antepassados no caminho da civilização.

Quer se trate de um povoado fortificado da Idade do Ferro, quer de uma *villa* romana, são sinais que testemunham fórmulas de organização do espaço e de relacionamento com o ambiente, por vezes ensaios, mais ou menos duráveis, outras vezes estratégias de povoamento de tal modo eficazes, que se transformaram em matrizes que perduraram durante séculos e mesmo milénios.

Num universo em ruptura com o Ambiente, o estudo das paisagens tradicionais e das antigas fórmulas, pode ser decisivo.

Num sentido inverso, torna-se necessário esclarecer que, se o legado cultural material sobreviveu até ao presente, não foi por milagre, ou pelo acaso, mas sim devido aos sistemas tradicionais em se inseriam os sítios e solos arqueológicos. Esta asserção é particularmente importante num universo mediterrânico, como Portugal, em que os solos são pouco espessos, estando sujeitos a tremendos processos erosivos, quer como consequência da acção antrópica, quer como resultado do próprio clima.

Vamos pois analisar os contextos em que sobreviveram os sítios e solos arqueológicos, antes de regressarmos aos aspectos relacionados com a sua conservação.

2. De facto, a conservação de sítios e solos arqueológicos está associada aos sistemas de ordenamento do espaço e de inserção nos quadros ambientais, que se sucederam ao longo de séculos e milénios, quer nas áreas urbanas, quer no universo rural.

Nas áreas urbanas a sobrevivência dos vestígios mais antigos das cidades, dependeu da forma como evoluiu a urbe. No caso de Braga, por exemplo, grande parte das ruínas da cidade romana, *Bracara Augusta*, ficou mais ou menos intacta, soterrada quer no interior dos quarteirões do Centro Histórico (ver foto), quer no subsolo das quintas que se constituíram em redor do núcleo medieval, cujo centro se descolara para noroeste. Tais quintas, com os seus solos agrícolas, foram urbanizadas na segunda metade deste nosso século. Foi

então que se verificou um autêntico desastre cultural e científico. Vários hectares de solos arqueológicos, com estruturas e vestígios de grande interesse, foram aniquilados em poucos anos, para darem lugar a prédios de duvidoso gosto e qualidade. Só em 1976 uma corajosa intervenção do I Governo Constitucional permitiu parar o processo destrutivo. Mas salvo uma limitada área, adquirida pelo Estado, subsistem conflitos e ameaças graves [3].

Deixemos porém este tema, aliás aliciante, da conservação dos valores arqueológicos em meio urbano, para nos centrarmos no mundo rural, o verdadeiro assunto deste texto.

E neste campo, antes de generalizar, observemos alguns casos concretos, em que a conservação dos sítios com interesse arqueológico está intimamente associada a determinados quadros ambientais, transformados pelo homem, e paisagens específicas.

No Norte do país, nas montanhas que constituem um dos traços dominantes da paisagem, conservam-se centenas de antas e mamoas, isoladas ou em grupos, disseminados pelos vastos cumes planálticos. Nos Planaltos de Castro Laboreiro e da Mourela, nas Serras da Peneda, do Soajo, Amarela, da Aboboreira, do Alvão e da Padrela, existem numerosos núcleos de monumentos megalíticos, que se conservaram graças à prática milenária da pastorícia e do fogo controlado.

Pelo contrário, na planície litoral, e nos vales de Entre Douro-e-Minho, registam-se numerosos topónimos relacionados com o megalitismo, mas poucos monumentos se conservam. Aliás, os que sobreviveram e que foram objecto de estudos arqueológicos, revelaram abundante espólio funerário, ao contrário do que se tem constatado nas escavações de mamoas de montanha, admitindo-se que o megalitismo não foi um fenómeno específico de espaços elevados. De facto, a actual distribuição de mamoas e antas corresponde sobretudo a diferentes modos de utilização do território, em épocas posteriores.

Nos cumes planálticos, e nas serras, a pastorícia poupou os monumentos.

Nos vales, e na faixa litoral, os arroteamentos e a agricultura intensiva destruiram uma grande percentagem.

Aliás, os quantitativos de necrópoles megalíticas do Norte de Portugal seriam muito mais elevados, se as montanhas não tivessem sido alvo de políticas de monocultura, cuja rentabilidade económica é hoje discutível, mas cujas consequências para o povoamento, para a ecologia e para o património arqueológico se revelaram desastrosas.

No Planalto de Castro Laboreiro, bem como nas Serras da Peneda e do Soajo, a florestação intensiva com pinheiro bravo e silvestre, destruiu dezenas de antas e mamoas, tendo afectado outas tantas.

Na Serra do Alvão a campanha cerealífera, promovida pelo Estado Novo, aniquilou também inúmeros sítios.

Actualmente, no Norte, estes processos destrutivos parecem mais controlados, pelo menos nas áreas de Parques e Reservas Naturais, geridos pela Secretaria de Estado do Ambiente. Por exemplo, na Serra Amarela, numa

área programada para florestação, onde entretanto se descobriram várias necrópoles megalíticas, o projecto foi anulado.

A par das montanhas do Norte, outra paisagem previlegiada para a conservação dos sepulcros megalíticos é o montado. Nos horizontes sem fim do montado alentejano conservaram-se centenas de túmulos, antas e mamoas, contruídas em xisto ou granito, alguns de grandes dimensões. A principal ameaça que enfrentam estes monumentos, para além da destruição isolada, por má fé ou por negligência, é o plantio de eucaliptos, que já provocou o aniquilamento de muitas antas, em especial no Norte do Alentejo, em diversos concelhos do distrito de Portalegre, onde vastos espaços de montado foram substituídos pela famigerada árvore australiana.

Se passarmos da Pré-história para a Proto-história, podemos recuar até às imagens fotográficas registadas nos primórdios desde nosso século, impressas no *Arqueólogo Português*, na *Revista de Guimarães*, ou na *Portugália*. Vemos castros limpos de vegetação, com ruínas de casas e de muralhas bem definidas. E vemos os montes circundantes despidos, apenas com algumas faixas de floresta, zonadas, ou ao longo das linhas de água.

Os mesmos castros, as Citânias de Santa Luzia, Sabroso e Briteiros encontram-se, actualmente, cobertos ou ameaçados pela Acácia, vulgo Mimosa, poderosa infestante, que desarticula os muros e revolve os estratos arqueológicos, crescendo sempre a um ritmo alucinante. Outros povoados fortificados, como por exemplo o Castro de Caires, o do Monte Redondo e o de Santa Marta da Falperra, acham-se também invadidos por vegetação, nestes casos pelo pinheiro bravo.

Outros ainda, como a Cividade de Bagunte, agonizam, sob troncos e raízes de eucaliptos.

Para salvar da destruição, acelerada ou lenta, em vários casos iminente, todos estes povoados fortificados, cada um dos quais constitui por si mesmo um precioso arquivo de história, seria necessário que o Estado e as autarquias dispendessem milhões de escudos, na sua limpeza e restauro.

E, no entanto, no princípio do século, o seu aspecto era excelente, e, na altura, não havia políticas de restauro ou entidades de tutela. Eram pura e simplesmente conservados por condições ecológicas favoráveis, que asseguraram a sua sobrevivência ao desgaste dos tempos. No perfil de ordenamento da paisagem tradicional os povoados castrejos ocupam o patamar onde as comunidades procediam ao corte periódico do mato para as camas do gado e para misturar com o estrume, a fim de adubar os campos agrícolas dos vales e das vertentes. Eram também o espaço previlegiado onde se mantinham as cabeças de gado bovino, durante o Outono e o fim do Inverno. Eram terrenos baldios, mas a sua utilização não prejudicava as estruturas e os vestígios arqueológicos. Pelo contrário.

A florestação intensiva dos cumes, o abandono do corte periódico do mato, tornado inútil pelos adubos químicos, a generalização das rações para o gado, o perigo dos fogos, tudo isto quebrou um equilíbrio secular, com graves

consequências para a conservação do património histórico e duvidosos benefícios para a economia das comunidades.

Vejamos ainda, e por último, uma outra situação em que o quadro ambiental tem consequências decisivas na conservação ou desaparecimento dos sítios, no caso vertente de sinal negativo.

Os sítios fundados na época romana, *villae* e quintas ou explorações agrícolas de pequena dimensão, foram estabelecidos em áreas de solos com boa aptidão agrícola, em especial os mais favoráveis ao cultivo de cereais. Este posicionamento, que constituiu uma condição de eficácia no processo de romanização funcionou, posteriormente, como factor negativo. Ao longo dos séculos os níveis superiores destes sítios foram continuamente revolvidos pela agricultura que, no entanto, devido à limitação dos meios mecânicos, enxada e arado, apenas perturbava o subsolo até cerca de 20 ou 30 cm. No nosso século, e no nosso país, nas duas últimas décadas, a mecanização da agricultura e o aumento da área cultivada, favorecida pela adubação química, acarretaram o aniquilamento quase total de numerosos sítios da época romana: *villae* de maior ou menor dimensão, ou pequenas quintas, foram inteiramente revolvidas, no Planalto Mirandês, ou nas vastas peneplanícies alentejanas.

Muralhas do povoado da Idade do Ferro, chamado
Castro do Barbudo (Vila Verde)

3. Acreditamos ter demonstrado a íntima relação entre os quadros ambientais e as paisagens, por um lado, e por outro, a conservação dos conjuntos de sítios e solos arqueológicos. Deste modo, em teoria, a melhor maneira de preservar o património arqueológico seria manter os sistemas que favoreceram a sua sobrevivência, ao longo dos séculos, ou pelo menos, evitar processos de ruptura que alterem esses sistemas de uma forma intensiva, ou brusca.

O desregramento das paisagens portuguesas, a ausência de uma política continuada de ordenamento do território, provocaram no nosso país um ritmo acelerado de destruição de sítios e solos arqueológicos, processo mais evidente nas áreas litorais, mas que se está a estender às regiões interiores de uma forma dramática. Num recente trabalho José d'Encarnação, após historiar brevemente as transformações das atitudes sociais face à natureza, destaca o papel da Arqueologia na organização de uma paisagem urbana e rural equilibrada, em que a dimensão da história é preservada e em que os monumentos se integram nos cenários geridos pela comunidade.

Numa conjuntura genérica bastante negativa, os Parques Nacionais, as Reservas Naturais, as Áreas de Paisagem Protegida, podem ser os espaços privilegiados para a conservação dos valores arqueológicos. São também os laboratórios ideais para o ensaio de programas de conservação mais sofisticados, orientados para conjuntos de sítios. São ainda os espaços mais favoráveis a uma política pedagógica, integrada, que valorize em simultâneo, os valores da Natureza e da Cultura.

No Norte de Portugal, o Parque Nacional de Peneda-Gerês e o Parque Natural de Montesinho são territórios de grande valor cultural, com a vantagem adicional de conservarem, no seu interior, importantes conjuntos arqueológicos, dotados de significativo interesse científico, e com alto potencial pedagógico.

No Parque Nacional da Peneda-Gerês destacam-se os conjuntos de monumentos megalíticos do Planalto de Castro Laboreiro e da Serra Amarela, os complexos de arte rupestre da Serras do Soajo e Amarela, o interessante conjunto formado pelos restos da Geira, testemunho extraordinário da capacidade da engenharia romana, bem como o multifacetado universo de construções e vestígios materiais do pastoreio de montanha.

Pelo contrário, no Parque de Montesinho distinguem-se, para além da gruta de Dine, com notável espólio neolítico e calcolítico, numerosos povoados fortificados da Idade do Ferro, bem como uma rede de povoados romanos e diversos achados epigráficos.

Num caso, e noutro, distintos aproveitamentos, em épocas diferentes, das condições ecológicas específicas de cada um desses territórios. O estudo dessas particularidades, constituiria, por si mesmo, um interessante projecto científico, pluridisciplinar. Mas também um pedagógico exemplo, da diversidade do relacionamento entre as comunidades e o meio ambiente, ao longo dos milénios.

Habitações da Idade do Ferro, na Citânia de S. Julião (Vila Verde)

NOTAS

[1] No livro intitulado "Archaeolgical Heritage Management in the Modern World" encontram-se reunidos numerosos artigos sobre o tema.

[2] Ver a colecção de números da revista do Conselho da Europa: "Um avenir pour notre passé".

[3] Ver o texto *Dossier Salvamento de Bracara Augusta*, publicada nesta mesma revista.

BIBLIOGRAFIA

CLEERE, H. F. (1990), "Archaeolgical Heritage Management in the Modern World", ed. H. F. Cleere, Unwyn Hyman, Londres.

ENCARNAÇÃO, José d' (1989), A Arqueologia na Modificação da Paisagem. *Biblos*, Volume LXV.